

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA
DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA, DE DEBÊNTURES NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA,
DA ALIUM PARTICIPAÇÕES S.A.**

Pelo presente instrumento particular,

Emissora: Alium Participações S.A., com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3729, 7º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.783.425/0001-40, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante denominada Emissora e/ou Alium;

Agente Fiduciário: Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3.333 – Grupo 307-309, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante simplesmente denominado “AGENTE FIDUCIÁRIO”), representando a comunhão dos debenturistas adquirentes das debêntures objeto desta Escritura;

Fiadores: (1) La Fonte Participações S.A., sociedade inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.543.816/0001-93, com sede à Av. Brigadeiro Faria Lima, 2232, 9º andar – parte, na Cidade de São Paulo, SP, doravante denominada “La Fonte” e LF Tel S.A., sociedade constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede em São Paulo/SP, na Avenida Chucri Zaidan, n.º 920, 16º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 002.390.206/000, doravante denominada “LF Tel”; (2) Asseca Participações S.A., com sede social à Av. Brigadeiro Faria Lima nº 3729, 7º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.548.276/0001-05, doravante denominada “Asseca” e GP Investimentos Ltda., sociedade com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3729, 7º andar, na Cidade de São Paulo, SP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.933.915/0001-85, doravante denominada “GP Investimentos”; (3) AG Telecom Participações S.A., sociedade constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede em Belo Horizonte/MG, na Rua Sarzedo, 31, sala 28, Bairro Prado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.260.334/0001-92, doravante denominada “AG Telecom” e Andrade Gutierrez S.A., sociedade constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Rua dos Pampas, 484, Prado. Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.262.197/0001-30, doravante denominada “AG”; e (4) Lexpart Participações S.A, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Avenida Almirante Barroso, n.º 52 – 32º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.204.002/0001-90, doravante denominada “Lexpart” e Daniel Valente Dantas, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 08287618-6, inscrito no CPF sob o nº 063.917.105-20, com escritório na Av. Presidente Wilson, 231, 28º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, e, para os efeitos do Art. 235, III, do Código Civil, sua mulher Maria Alice Carvalho Dantas, brasileira, casada, empresária, portadora da carteira de identidade nº 1950-995 SSP/BA, inscrita no CPF sob o nº 758.343.357-00, residente e domiciliada à Av. Vieira Souto, 86, apt. 501, Rio de Janeiro, RJ; todos referidos, em conjunto, como “Fiadores” e

Devedores Pignoratícios: (1) **AG Telecom Participações S.A.**, sociedade constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede em Belo Horizonte/MG, na Rua Sarzedo, 31, sala 28, Bairro Prado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.260.334/0001-92; (2) **LF Tel S.A.**, sociedade constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede em São Paulo/SP, na Avenida Chucuri Zaidan, nº 920 - 16º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 002.390.206/000; (3) **Asseca Participações S.A.**, sociedade constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, Av. Brigadeiro Faria Lima nº 3729, 7º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.548.276/0001-05; (4) **Lexpart Participações S.A.**, sociedade constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede no Rio de Janeiro/RJ, na Avenida Almirante Barroso, 52 - 32º andar (parte), inscrita no CNPJ sob nº 03.204.002/0001-90, todos referidos, em conjunto, como "**Devedores Pignoratícios**".

Quando mencionados em conjunto **Fiadores e Devedores Pignoratícios** serão denominados simplesmente **Intervenientes Garantidores**,

vêm, por esta e na melhor forma de direito, celebrar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão Pública, de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Alium Participações S.A.", doravante denominada "**Escritura**", mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula I **Da Autorização**

Esta **Escritura** foi celebrada com base em deliberação da Assembléia Geral Extraordinária de acionistas da **Emissora**, realizada em 15 de junho de 2.001 ("AGE").

Adicionalmente, a AGE delegou ao Conselho de Administração da **Emissora**, poderes para deliberar sobre o disposto no artigo 59, parágrafo 1º, incisos VI a VIII da Lei n.º 6.404/76.

Cláusula II **Dos Requisitos**

A emissão de debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

II.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

Esta 1ª emissão de debêntures da Alium Participações S.A., será registrada na CVM – Comissão de Valores Mobiliários, doravante denominada "**CVM**", na forma das Leis de nºs 6.385, de 07 de dezembro de 1976, 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e demais disposições legais regulamentares pertinentes.

II.2. Arquivamento da Ata da Assembléia Geral Extraordinária

A Ata da Assembléia Geral Extraordinária que deliberou sobre a emissão de debêntures será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

II.3. Registro da Escritura no Cartório

Esta **Escritura** será registrada no competente Cartório de Registro de Imóveis da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e no Cartório de Títulos e Documentos.

II.4. Registro no Sistema Nacional de Debêntures ("SND")

A presente emissão será registrada para negociação no mercado secundário através do SND, administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto ("ANDIMA"), e operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP"); e

II.5. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID").

A emissão será registrada na ANBID, em atendimento ao Código de Auto-Regulação da ANBID aprovado em sua assembléia geral realizada em 27 de agosto de 1998.

Cláusula III Das Características da Emissão

III.1. Número da Emissão

O presente Instrumento constitui a 1ª (primeira) emissão de debêntures.

III.2. Quantidade Emitida / Número de Série

Serão emitidas 240 (duzentos e quarenta) debêntures, em série única.

III.3. Montante da Emissão

O montante da presente emissão é de R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais), na data de emissão.

III.4. Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário de cada debênture na data de emissão será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

III.5. Forma

As debêntures serão da forma nominativa escritural.

III.6 Conversibilidade

As debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Alium.

III.7 Data de Emissão

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures é 01 de junho de 2001.

III.8. Prazo e Data de Vencimento

As debêntures terão prazo de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data de emissão, com vencimento em 01 de junho de 2004.

III.9. Repactuação

Não há.

III.10. Resgate Antecipado

Não há.

III.11. Espécie das Debêntures

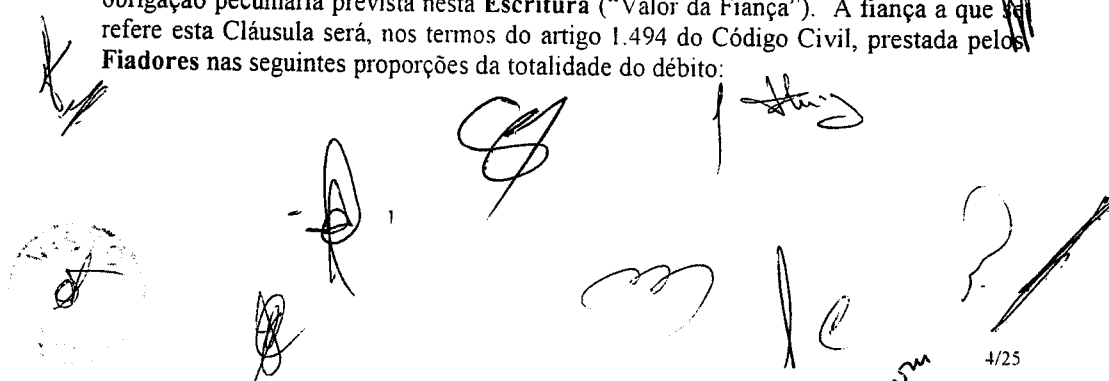
As debêntures são da espécie subordinada, com garantias complementares outorgadas por terceiros, representadas por:

III.11.1. Penhor de Ações

Penhor das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Telemar Participações S.A. ("Telemar"), de propriedade dos **Devedores Pignoratícios**. Em garantia do fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta Escritura, os **Devedores Pignoratícios**, através de instrumento próprio denominado "Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Garantia Pignoratícia e Outras Avenças", e de acordo com o artigo 768 e seguintes do Código Civil, deram, em penhor, à comunhão de debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, 826.475.480 (oitocentos e vinte e seis milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta) ações ordinárias e preferenciais Classe A e B, de sua propriedade, emitidas pela Telemar Participações S.A., com valor correspondente, no momento da celebração do "Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Garantia Pignoratícia e Outras Avenças", a 140% do valor da presente emissão, ou seja, R\$ 336.000.000,00 (trezentos e trinta e seis milhões de reais), podendo variar, durante a vigência das Debêntures, até o valor correspondente a, no mínimo, 125% do valor principal da emissão, tudo em conformidade com o estipulado no "Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Garantia Pignoratícia e Outras Avenças", que integra a presente Escritura como Anexo I, para todos os fins e direitos.

III.11.2. Fiança

Pela presente Escritura, os **Fiadores** desde já obrigam-se, de forma não solidária, dividida igualmente entre si, perante os debenturistas, como fiadores e principais pagadores da **Emissora**, renunciando neste ato expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 1.006, 1.485, 1.491, 1.498, 1.499, 1.500, 1.502, 1.503 e 1.504 do Código Civil, nos artigos 261 e 262 do Código Comercial Brasileiro e nos artigos 77 e 595 do Código de Processo Civil, pelo pagamento, na data de seu vencimento, do Valor Nominal de cada uma das Debêntures acrescido da Remuneração e, se for o caso, dos encargos moratórios contratados, e de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios devidos pela **Emissora** nos termos desta Escritura (incluindo quaisquer encargos decorrentes de eventuais ações judiciais) em caso de inadimplemento da Emissora de toda e qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura ("Valor da Fiança"). A fiança a que se refere esta Cláusula será, nos termos do artigo 1.494 do Código Civil, prestada pelos **Fiadores** nas seguintes proporções da totalidade do débito:



Fiadores	Limite de Responsabilidade de cada Fiador em relação ao Valor da Fiança
La Fonte e LF Tel (solidariamente entre si)	25%
Asseca e GP Investimentos (solidariamente entre si)	25%
AG Telecom e AG (solidariamente entre si)	25%
Lexpart e Daniel Valente Dantas (solidariamente entre si)	25%

Parágrafo Primeiro: Cabe ao **Agente Fiduciário** requerer a execução da fiança, observadas as proporções assumidas por cada um dos Fiadores, conforme função que lhe é atribuída, uma vez verificada alguma hipótese de insuficiência de pagamento do valor principal das debêntures, acrescido da remuneração e encargos moratórios contratados, em qualquer hipótese de seu vencimento, tudo de acordo com o disposto nesta **Escritura**.

Parágrafo Segundo: Para todo e qualquer pagamento que venha a ser feito por qualquer dos Fiadores, em cumprimento da Fiança ora outorgada, ocorrerá a sub-rogação do Fiador que tenha honrado a fiança em todos os direitos, ações, privilégios e garantias do credor primitivo, em relação à dívida, contra a Emissora, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada.

Parágrafo Terceiro: A fiança objeto desta cláusula é prestada em caráter irrevogável e irretratável, e vigorará até o integral cumprimento pela **Emissora** de suas obrigações nos termos desta **Escritura**.

Parágrafo Quarto: Os **Intervenientes Garantidores**, declararam ter sido atendidos todos os requisitos estatutários e legais para a prestação das garantias ora contratadas, bem como terem seus representantes nesta **Escritura** plena capacidade para firmá-la.

III.12. Destinação dos Recursos

Os recursos captados com a colocação da presente emissão de debêntures serão utilizados no resgate da totalidade das Notas Promissórias da 2ª emissão da **Emissora**, bem como pagamento do empréstimo de nº 2101291 cedido pelo Banco ABC Brasil S.A. para a Alium, no valor de R\$30.226.224,73 e do empréstimo obtido pela Alium junto a Telemar Participações S.A. no valor de R\$30.000.000,00.

Parágrafo Único: A **Emissora** obriga-se a enviar ao **Agente Fiduciário**, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da integralização das Debêntures, (i) a comprovação de liquidação integral das Notas Promissórias da 2ª emissão da **Emissora**; (ii) do empréstimo de nº 2101291 cedido pelo Banco ABC Brasil S.A. para a Alium, no valor de R\$30.226.224,73; e (iii) do empréstimo obtido pela Alium junto a Telemar Participações S.A. no valor de R\$30.000.000,00.

III.13. Procedimento da Distribuição

O lançamento será público, mediante a intermediação de Instituições Financeiras habilitadas a operar no mercado de capitais, para negociação no mercado de balcão organizado adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no Artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30.09.80, atendidos preferencialmente os clientes dos Coordenadores da operação, não havendo reservas antecipadas nem fixação de lotes máximos ou mínimos.

III.14. Negociação

As debêntures terão registro para negociação no mercado secundário no SND – Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA – Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto, e operacionalizado pela CETIP – Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos.

III.15. Certificados de Debêntures

As debêntures serão emitidas sem certificado. O extrato fornecido pelo **Agente Escriiturador** servirá como comprovante de titularidade de debêntures, na forma disposta no parágrafo 1º do art. 27, parágrafo 3º do art. 35 e parágrafo 2º do art. 71, todos da Lei 6.404/76. Adicionalmente, será expedido pelo SND o "Relatório de Posição de Ativos", acompanhado de extrato em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos quando depositados no SND

III.16. Agente Escriiturador

Banco Bradesco S.A, instituição financeira, com sede na "Cidade de Deus", Vila Yara, Município e Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o n.º 60.746.948/0001-12.

III.17. Banco Mandatário

Banco Bradesco S.A, acima qualificado.

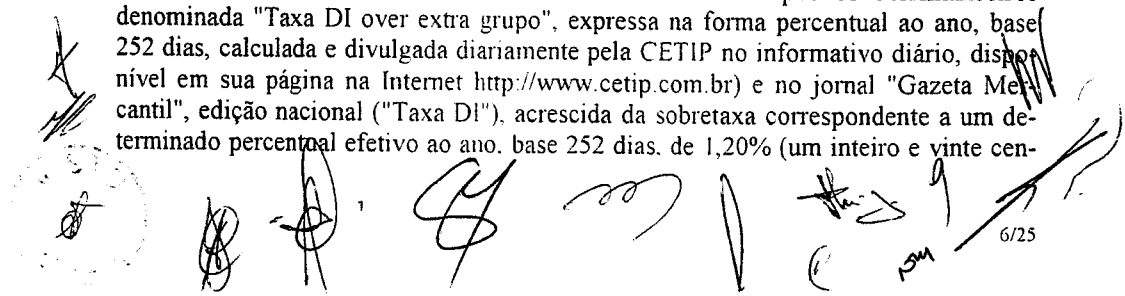
III.18. Preço de Subscrição e Integralização

O preço de subscrição das Debêntures será o valor nominal, acrescido da Remuneração, calculada desde a Data de Emissão até a data da integralização, que será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.

III.19. Remuneração

III.19.1. Juros Remuneratórios

As debêntures farão jus a juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre o Valor Nominal das debêntures, observado o disposto na Cláusula III.19.2 abaixo e estabelecidos com base na taxa média diária dos depósitos interfinanceiros denominada "Taxa DI over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet <http://www.cetip.com.br>) e no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional ("Taxa DI"), acrescida da sobretaxa correspondente a um determinado percentual efetivo ao ano, base 252 dias, de 1,20% (um inteiro e vinte cen-



6/25

tésimos por cento), vigente até a data de vencimento das debêntures (1º de junho de 2004) ("Sobretaxa") ("Remuneração").

III.19.2 Periodicidade de Pagamento da Remuneração

A Remuneração das Debêntures será paga em 6 (seis) parcelas semestrais e sucessivas, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de dezembro de 2001 e o último, em 1º de junho de 2004, por ocasião do vencimento das Debêntures.

A Remuneração será calculada diariamente, desde a Data de Emissão até a data de vencimento, tomando-se por base a Taxa DI divulgada no dia acrescida da Sobretaxa e será acumulada desde a Data de Emissão até a data do pagamento da primeira parcela da Remuneração, no caso da primeira parcela da Remuneração, e, a partir daí, acumulada diariamente no período compreendido entre duas datas consecutivas de vencimento da Remuneração.

III.19.3 Fórmula de Cálculo da Remuneração.

$$J = VN \times \left\{ \left[\prod_{i=1}^{i=f} (FI_i) \right] \times (S) - 1 \right\}$$

Onde:

J = valor da Remuneração a ser paga nas datas de seus respectivos vencimentos;

VN = Valor Nominal da Debênture, no início do Período de Capitalização (conforme definido abaixo);

$\prod_{i=1}^{i=f}$ = produto dos i termos FI referentes a cada dia útil contido entre o início e o fim de cada Período de Capitalização; com i variando de 1 até f.

f = número de dias úteis contidos entre o início e o fim de cada Período de Capitalização.

FI = fatores de remuneração, verificados nos f dias úteis entre a data de início do Período de Capitalização e a data final do Período de Capitalização, e obtidos a partir da seguinte fórmula:

$$FI = \left[\left(\frac{CDI_{CETIP}}{100} + 1 \right)^{\frac{dj}{252}} \right], \text{ onde:}$$

CDI CETIP = taxa média diária de depósitos interfinanceiros – DI de um dia – extra grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP, em cada dia útil contido entre o início e o fim de cada Período de Capitalização, expressa em percentual ao ano;

dj = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da taxa CDI CETIP;

S = fator da sobretaxa calculado conforme fórmula abaixo:

$$S = \left(\frac{s}{100} + 1 \right)^{\frac{du}{252}}, \text{ onde:}$$

s = sobretaxa efetiva de 1,20% ao ano, base 252 dias; e

du = número de dias úteis de cada Período de Capitalização.

Define-se Período de Capitalização como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração, inclusive, no caso dos Períodos de Capitalização subseqüentes, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração, exclusive, correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 dias corridos após esta data, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, o **Agente Fiduciário** deverá convocar os Debenturistas para, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas deliberarem, em conjunto com a **Emissora**, a respeito do novo critério de remuneração a ser utilizado, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 7/99 e/ou a regulamentação aplicável, sendo facultado à **Emissora**, caso discorde da deliberação da Assembleia de Debenturistas, e desde que comunique sua decisão ao **Agente Fiduciário**, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data da realização da Assembleia de Debenturistas, resgatar a totalidade das Debêntures em circulação em até 90 (noventa dias) contados a partir da data da comunicação pela Emissora ao **Agente Fiduciário** sobre a decisão de resgatar as Debêntures, o qual não excederá o prazo de vencimento das Debêntures vigente, até o resgate, o critério de remuneração deliberado pela referida Assembleia de Debenturistas. Até a deliberação do novo critério de remuneração será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obri-

gações previstas na presente Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida.

Cláusula IV Demais Características das Debêntures

IV.1. Aquisição das Debêntures Pela Emissora

IV.1.1. Aquisição Facultativa

A **Emissora** poderá adquirir debêntures desta emissão em circulação, a qualquer tempo, por preço equivalente ao seu valor nominal unitário, acrescido da remuneração aplicável até a data da efetiva aquisição, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 2º da Lei nº 6.404/76. A aquisição parcial das debêntures será mediante sorteio coordenado pelo **Agente Fiduciário**.

As debêntures que vierem a ser adquiridas pela **Emissora** nestes termos, poderão permanecer em sua tesouraria, ser canceladas ou ser recolocadas no mercado.

IV.1.2. Vencimento Antecipado

O **Agente Fiduciário** poderá declarar, desde que autorizado por deliberação de, no mínimo, a maioria dos debenturistas detentores das debêntures em circulação no mercado, reunidos em assembleia especialmente convocada para esse fim, antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta **Escritura**, e exigir da **Emissora** o imediato pagamento do valor nominal unitário das debêntures, acrescido da remuneração aplicável até a data do efetivo pagamento, e de encargos moratórios, se houver, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência das seguintes hipóteses relacionadas à (aos):

IV.1.2.1 Emissora:

- a) Redução da margem mínima de garantia, representada pelo Penhor de Ações, não sanada em 30 dias corridos, contados da notificação por escrito enviada pelo **Agente Fiduciário** à **Emissora**, conforme estipulado na cláusula III.11 "Espécie das Debêntures" e no "Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Garantia Pignoratícia e Outras Avenças", Anexo I à presente **Escritura**;
- b) Incorrer em dívidas ou prorrogar qualquer dívida já existente;
- c) Contratação de empregados;
- d) Não realização pontualmente do pagamento de quaisquer tributos devidos;
- e) Alienação de ativos;
- f) Em conjunto com os **Devedores Pignoratícios**, na qualidade de acionistas da **Emissora**, ou por iniciativa própria, deliberar sobre a alteração de seu Estatuto Social, inclusive de seu objeto social, exercer quaisquer atividades não exercidas atualmente, criar filiais ou subsidiárias, adquirir participações em outras sociedades, exceto aquelas que venham a ser expressamente autorizadas pelos detentores das Debêntures;

9/25

g) Praticar atos que possam criar qualquer tipo de ônus ou obrigações, real ou potencial, para a Emissora durante o prazo de vigência das Debêntures, obrigando-se ainda os **Devedores Pignoratícios**, na qualidade de acionistas da Emissora, a manter a Emissora isenta de quaisquer ônus ou obrigações eventualmente criados após a emissão das Debêntures;

h) Realizar, dentro do prazo de validade das Debêntures, qualquer tipo de alienação e oneração de ativos de sua propriedade, bem como prestar aval ou fiança, salvo se para reforçar as garantias concedidas às Debêntures desta emissão, comprometendo-se os **Devedores Pignoratícios**, na qualidade de acionistas da Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, a não praticar qualquer ato que direta ou indiretamente contrarie o disposto neste item (h);

i) Liquidação, insolvência, decretação de falência ou concordata da Emissora e/ou dos **Intervenientes Garantidores**, ou ainda, ajuizamento de ação com a finalidade de obter a decretação de falência destas mesmas pessoas que não tenha sido elidida ou embargada no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis;

j) Falta de cumprimento pela Emissora, e/ou pelos **Intervenientes Garantidores** de qualquer obrigação relevante prevista na Escritura das Debêntures, Contrato de Colocação e Subscrição das Debêntures e "Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Garantia Pignoratícia e Outras Avenças" que permaneça sem regularização pelo período de 15 (quinze) dias úteis a contar da data da falta do cumprimento da obrigação;

k) Descumprimento, por parte da Emissora e/ou dos **Intervenientes Garantidores**, bem como por qualquer empresa controlada, de qualquer obrigação pecuniária em valor superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), que permaneça sem regularização pelo período de 15 (quinze) dias úteis a contar da data de inadimplemento;

l) Durante o prazo de vigência das Debêntures, se a Emissora promover distribuição de dividendos além dos dividendos mínimos previstos em seu Estatuto Social;

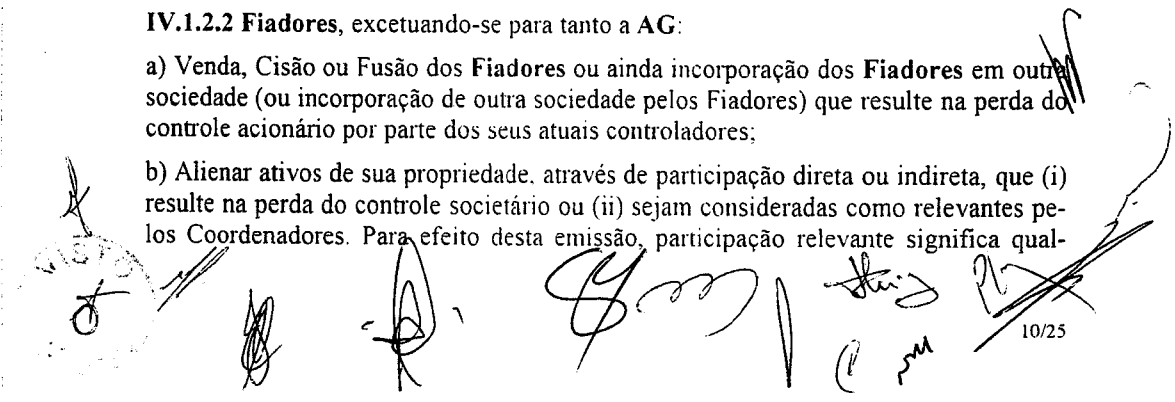
m) Tendo em vista a natureza das garantias prestadas, se a Emissora deixar de ter como únicos acionistas durante o prazo das Debêntures, a **AG Telecom**, a **Asseca**, a **Lexpart** e a **LF Tel**, exceção feita àquelas ações de propriedade dos membros do Conselho de Administração da Emissora.

Parágrafo Único: Para fins de declaração de vencimento antecipado, a Emissora desde já se compromete a informar, tempestivamente, ao Agente Fiduciário, a ocorrência de quaisquer dos eventos determinados neste item IV.1.2.1.

IV.1.2.2 Fiadores, excetuando-se para tanto a AG:

a) Venda, Cisão ou Fusão dos **Fiadores** ou ainda incorporação dos **Fiadores** em outra sociedade (ou incorporação de outra sociedade pelos **Fiadores**) que resulte na perda do controle acionário por parte dos seus atuais controladores;

b) Alienar ativos de sua propriedade, através de participação direta ou indireta, que (i) resulte na perda do controle societário ou (ii) sejam consideradas como relevantes pelos Coordenadores. Para efeito desta emissão, participação relevante significa qual-



quer participação minoritária acima de 5% do capital social total, mantida em empresas que possuam ativos superiores a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), corrigidos pelo IGP-M, índice apurado pela Fundação Getúlio Vargas;

c) Não aplicar recursos oriundos do recebimento de dividendos, juros sob capital próprio ou quaisquer distribuições, oriundas da participação dos **Devedores Pignoratícios** na Telemar Participações S.A., única e exclusivamente para o pagamento das obrigações da **Emissora**;

Parágrafo Único: Para fins de declaração de vencimento antecipado, os **Fiadores** desde já se comprometem a informar, tempestivamente, ao Agente Fiduciário, a ocorrência de quaisquer dos eventos determinados neste item IV.1.2.2.

IV.1.2.3 AG, como fiador da presente emissão:

a) Venda, Cisão ou Fusão da AG ou da Construtora Andrade Gutierrez S.A. ou ainda incorporação da AG ou da Construtora Andrade Gutierrez S/A em outra sociedade (ou incorporação de outra sociedade pela AG ou Construtora Andrade Gutierrez S/A) que resulte na perda do controle acionário por parte dos seus atuais controladores;

b) O não recebimento dos dividendos legais ou estatutários devidos, a que tem direito a AG como acionista da Construtora Andrade Gutierrez S.A.;

Parágrafo Único: Para fins de declaração de vencimento antecipado, a AG desde já se compromete a informar, tempestivamente, ao Agente Fiduciário, a ocorrência de quaisquer dos eventos determinados neste item IV.1.2.3.

IV.1.2.4 Telemar Participações S.A. . sociedade da qual participam os Devedores Pignoratícios:

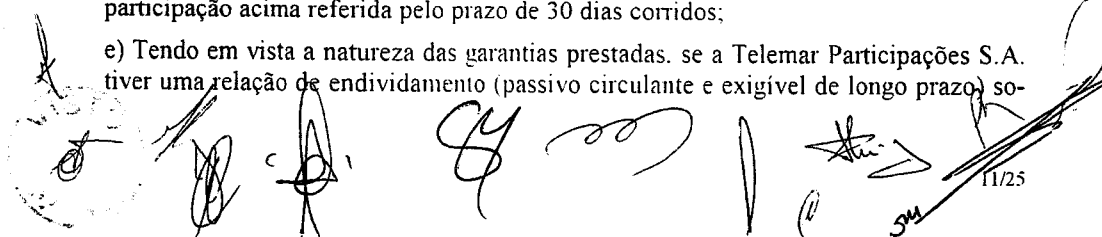
a) Venda, Cisão ou Fusão da Telemar ou ainda incorporação da Telemar Participações S.A. em outra sociedade (ou incorporação de outra sociedade pela Telemar) que resulte na redução da participação dos **Devedores Pignoratícios** na Telemar Participações S.A.;

b) Aprovação pela assembléia geral extraordinária da Telemar Participações S.A. de qualquer alteração nas preferências, vantagens ou condições das ações ordinárias e preferenciais;

c) Não observância pela Telemar Participações S.A. dos Covenants financeiros previstos na Cláusula V item 8, da Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples da Telemar Participações S.A., excetuando-se o disposto na alínea "a" do referido item 8, da Cláusula V da mesma Escritura;

d) Tendo em vista a natureza das garantias prestadas, se a participação da Telemar Participações S.A. na Tele Norte Leste Participações S.A. for, a qualquer momento, inferior a 51,8% do capital votante ou 17,3% do capital total, que permaneça inferior à participação acima referida pelo prazo de 30 dias corridos;

e) Tendo em vista a natureza das garantias prestadas, se a Telemar Participações S.A. tiver uma relação de endividamento (passivo circulante e exigível de longo prazo) so-



bre patrimônio líquido superior a 0,40 (quarenta centésimos), que permaneça superior pelo prazo de 30 dias corridos; e

f) Ocorrência de quaisquer dos eventos de vencimento antecipado previstos na Cláusula IV item 15, da Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples da Telemar Participações S.A.

Parágrafo Único: Para fins de declaração de vencimento antecipado, os **Devedores Pignoratícios** desde já se comprometem a informar, tempestivamente, ao Agente Fiduciário, a ocorrência de quaisquer dos eventos determinados neste item IV.1.2.4.

IV.1.2.5 Tele Norte Leste Participações S.A. ("TNL"):

Declaração de vencimento antecipado das Debêntures Simples da 1ª Emissão de TNL ou realização de assembléia geral de debenturistas para deliberar sobre a declaração de vencimento antecipado das Debêntures Simples da 1ª Emissão de TNL, nos termos e condições da Cláusula VI do "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Sem Preferência, da Tele Norte Leste Participações S.A.", bem como seus respectivos aditamentos.

IV.2. Dos Pagamentos e Encargos Moratórios

IV.2.1. Local de Pagamento

Os pagamentos referentes ao principal, Juros Remuneratórios, Encargos Moratórios e/ou Prêmio, a que fazem jus as Debêntures, serão efetuados pela **Emissora**, por intermédio do SND, administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto - ANDIMA, e operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, e, no Banco Bradesco S.A., como banco mandatário, para os debenturistas que não estiverem vinculados ao referido Sistema.

IV.2.2. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábados e domingos.

IV.2.3. Encargos Moratórios

Ocorrendo impontualidade no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às debêntures, o débito em atraso ficará sujeito a multa convencional, irredutível e não compensatória de 2% (dois por cento), além da remuneração estabelecida nesta **Escritura**, acrescida de 1% (um por cento) ao mês, a título de juros moratórios, calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data de seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

12/25

IV.2.4. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto no item anterior, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias relativas às debêntures devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de rendimentos após a data do vencimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até referida data.

IV.3. Das Notificações

Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para o AGENTE FIDUCIÁRIO:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Avenida das Américas, nº3.333 Grupo 307-309
Rio de Janeiro – RJ
Brasil – CEP:22631-003
Tel: (21) 3325-5059
Fax: (21) 3325-5969
E-mail: pentagono@pentagonotruster.com.br
At: Sr. Maurício da Costa Ribeiro

Para a EMISSORA:

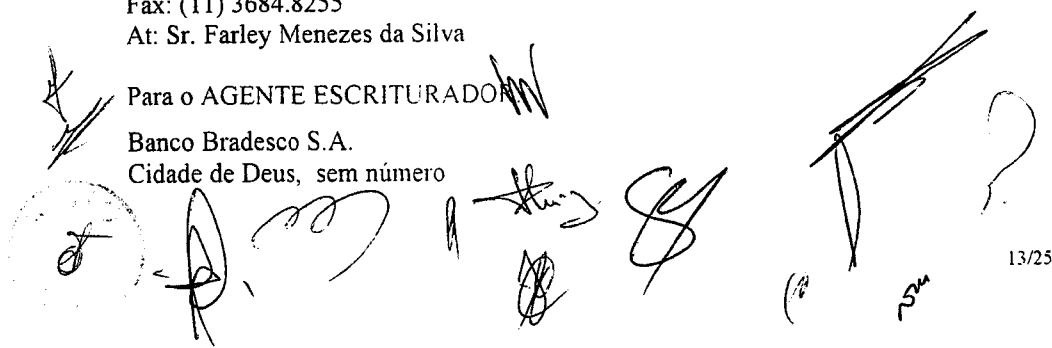
Alium Participações S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3729, 7º andar
São Paulo – São Paulo
Tel.: (11) 3049.5585
Fax.: (11) 3049.5511
At: Sr. Fersen Lamas Lambranh

Para o BANCO MANDATÁRIO:

Banco Bradesco S.A.
Cidade de Deus, sem número
Prédio Novíssimo, 3º andar
Vila Yara - CEP 06029-900
Osasco – SP
Tel: (11) 3684.8208
Fax: (11) 3684.8255
At: Sr. Farley Menezes da Silva

Para o AGENTE ESCRITURADOR

Banco Bradesco S.A.
Cidade de Deus, sem número



Vila Yara - CEP 06029-900
Osasco - SP
Tel: (11) 3684.3749
Fax: (11) 3684.5093
At: Sr. José Donizetti de Oliveira

Para a CETIP:

CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos
SND - Sistema Nacional de Debêntures
Rua Líbero Badaró, nº 425, 24º andar
Centro - CEP 01009-000
São Paulo - SP
Tel: (11) 3111.1596
Fax: (11) 3115.1664

Para os FIADORES e DEVEDORES PIGNORATÍCIOS:

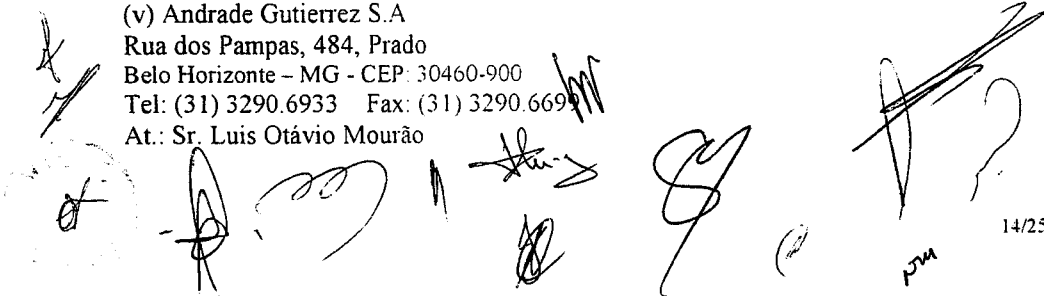
(i) La Fonte Participações S.A.
Av. Brigadeiro Faria Lima, 2232, 9º andar - parte
São Paulo - SP
CEP: 04548-905
Tel: (11) 3048.7029 Fax: (11) 3048.7066
At.: Sr. Alexandre Jereissati Legey

(ii) Asseca Participações S.A.,
Av. Brigadeiro Faria Lima nº 3729, 7º andar
São Paulo - São Paulo
CEP: 04538-905
Tel: (11) 3049.5555 Fax: (11) 3049.5566
At.: Sr. Fersen Lamas Lambranhó

(iii) GP Investimentos Ltda.
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3729, 7º andar
São Paulo - SP
CEP: 04538-905
Tel: (11) 3049.5555 Fax: (11) 3049.5566
At.: Sr. Fersen Lamas Lambranhó

(iv) AG Telecom Participações S.A.
Rua Sarzedo, 31, sala 28, Bairro Prado
Belo Horizonte/MG
CEP: 30460-900
Tel: (31) 3290.6933 Fax: (31) 3290.6699
At.: Sr. Luis Otávio Mourão

(v) Andrade Gutierrez S.A.
Rua dos Pampas, 484, Prado
Belo Horizonte - MG - CEP: 30460-900
Tel: (31) 3290.6933 Fax: (31) 3290.6699
At.: Sr. Luis Otávio Mourão



14/25

(vi) Lexpart Participações S.A
Av. Almirante Barroso, n.º 52 – 32º andar (parte)
Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20031-000
Tel: 2532.5833 Fax: 2262.5536
At.: Sr. Jorge Goldenstein

(vii) Daniel Valente Dantas
Av. Presidente Wilson, 231, 28º andar
Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20030-021
Tel: 3804.3804 Fax: 2532.3877

(viii) LF Tel S.A.
Avenida Chucri Zaidan, n.º 920 – 16º andar
CEP: 04583-904 São Paulo - SP
Tel: (11) 3048.7029 Fax: (11) 3048.7066
At.: Sr. Alexandre Jereissati Legey

2. Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados entregues quando recebidos, conforme o caso, sob protocolo ou com "Aviso de Recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços acima ou quando da confirmação do recebimento da transmissão via fac-símile ("answer back"), via e-mail ou por qualquer outro meio de transmissão eletrônica. Para os fins aqui previstos, será considerada válida a confirmação do recebimento via fac-símile, e-mail ou outro meio de transmissão eletrônica ainda que emitida pela parte que tenha transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação.

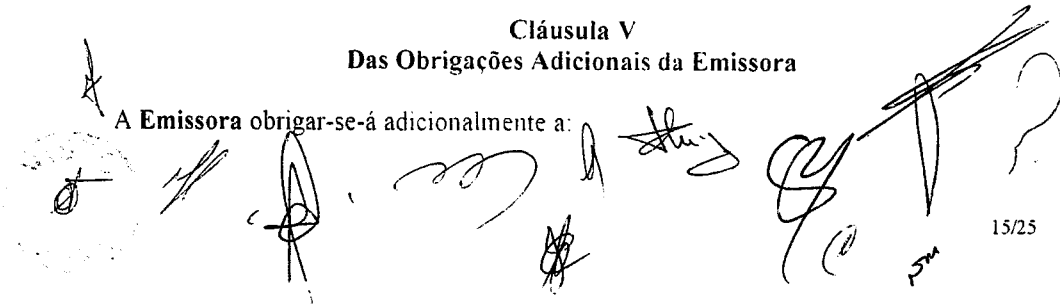
3. Os originais dos documentos enviados por fac-símile ou por e-mail deverão ser encaminhados para os endereços acima em 48 (quarenta e oito) horas após o envio da mensagem.

IV.3.1. Publicidade

Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas, deverão ser objeto de aviso mediante publicação no jornal "Gazeta Mercantil" e "Diário Oficial do Estado de São Paulo", veículos em que a Emissora realiza as publicações ordenadas pela Lei nº 6.404/76, observados os prazos legais e aqueles estabelecidos neste instrumento, devendo a Emissora avisar, tempestivamente, o Agente Fiduciário da realização de qualquer publicação.

Cláusula V Das Obrigações Adicionais da Emissora

A Emissora obrigará-se-a adicionalmente a:



15/25

a) Fornecer ao **Agente Fiduciário**:

a.1) dentro de no máximo 60 dias após o término de seu primeiro semestre social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo semestre social;

a.2) dentro de no máximo 90 dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo exercício social acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à **Emissora**, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da **Emissora**;

a.3) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993, nos prazos ali previstos;

a.4) com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, notificação da convocação de qualquer Assembleia Geral, e prontamente fornecer cópias de todas as atas de todas as Assembleias Gerais, bem como a data e ordem do dia da Assembleia a realizar, e de todas as reuniões do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal;

a.5) na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos no item IV.3.1. Publicidade;

a.6) imediatamente, qualquer informação relevante para a presente emissão de debêntures que lhe venha a ser solicitada;

a.7) cópia de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial recebido pela **Emissora**, imediatamente após o seu recebimento;

a.8) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os debenturistas no prazo de até 5 (cinco) dias contado da respectiva data de vencimento;

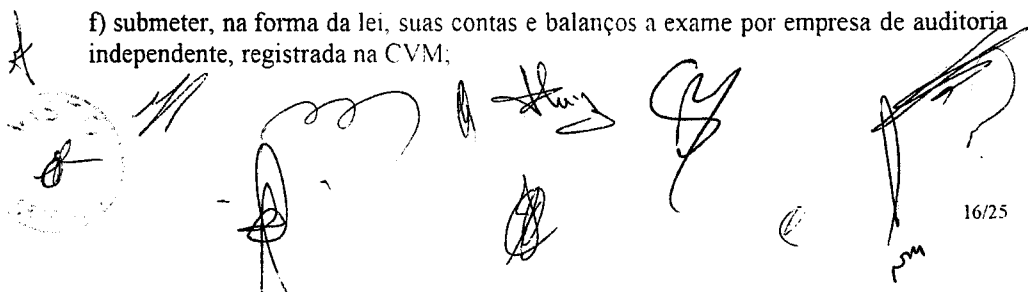
b) proceder a adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações anuais;

c) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que representantes do **Agente Fiduciário** (ou de auditor independente por este contratado, às expensas da **Emissora**) tenham acesso irrestrito aos livros e demais registros contábeis da **Emissora**;

d) convocar a Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacionem com a presente emissão, caso o **Agente Fiduciário** não o faça;

e) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas;

f) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;

The block contains several handwritten signatures in black ink. On the left, there is a circular stamp with a signature inside. To the right of the stamp, there are several more signatures, some of which are quite stylized. The signatures are scattered across the bottom of the page, below the text of item f).

16/25

g) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus acionistas e debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76, quando solicitado;

h) manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, aos debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;

i) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

j) notificar o **Agente Fiduciário** sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da **Emissora**;

l) não pagar dividendos, salvo o mínimo estipulado no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, nem qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora quanto ao pagamento de quaisquer valores devidos aos debenturistas, relativos às debêntures objeto desta **Escritura**, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora;

m) informar imediatamente ao **Agente Fiduciário** qualquer evento relativo à cláusula IV.1.2 – Vencimento Antecipado.

Cláusula VI

Das Obrigações Adicionais dos Fiadores

VI.1 – Fornecer ao Agente Fiduciário:

a.1) dentro de no máximo 90 dias corridos após o término de seu primeiro semestre social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo semestre social, excetuando-se, para tanto, os **Fiadores** que forem companhias abertas;

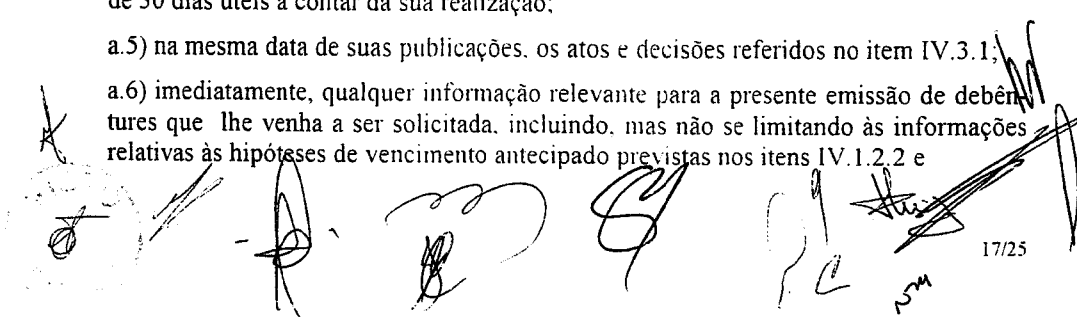
a.2) dentro de no máximo 105 dias corridos após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo exercício social acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à qualquer dos **Fiadores**, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas de qualquer dos **Fiadores**, excetuando-se para tanto, os **Fiadores** que forem companhias abertas;

a.3) no caso dos **Fiadores** que forem companhias abertas, cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993, dentro dos prazos previstos na referida instrução;

a.4) fornecer cópias de todas as atas de todas as Assembléias Gerais, no prazo máximo de 30 dias úteis a contar da sua realização;

a.5) na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos no item IV.3.1;

a.6) imediatamente, qualquer informação relevante para a presente emissão de debêntures que lhe venha a ser solicitada, incluindo, mas não se limitando às informações relativas às hipóteses de vencimento antecipado previstas nos itens IV.1.2.2 e



a.7) cópia de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial recebido por qualquer dos **Fiadores**, imediatamente após o seu recebimento.

Parágrafo Primeiro: Os **Fiadores** Lexpart e Daniel Valente Dantas declaram ao **Agente Fiduciário** que o compromisso assumido é compatível com o patrimônio que eventualmente poderá ser comprometido em caso de execução da garantia. A declaração sobre a compatibilidade do patrimônio que eventualmente poderá ser comprometido em caso de execução da garantia, deverá ser encaminhada, anualmente, ao **Agente Fiduciário**, durante o prazo de vigência das Debêntures.

Parágrafo Segundo: Aos **Fiadores** GP Investimentos e Asseca não se aplicará o disposto no item a.1, e , no caso da obrigação prevista no item a.2, o **Fiador** GP Investimentos deverá apresentar o Balanço Patrimonial, sem necessidade de parecer dos auditores independentes, devidamente assinada pelos seus quotistas controladores, e o **Fiador** Asseca deverá apresentar as demonstrações financeiras completas, sem necessidade de parecer dos auditores independentes, devidamente assinada pelos seus diretores representantes legais.

Parágrafo Terceiro: Unicamente, para o **Fiador** Ag o prazo para o cumprimento da obrigação prevista no item a.2 desta Cláusula será de 120 dias no primeiro ano de vigência das Debêntures, obrigando-se, ainda, dentro do prazo estipulado no item a.2, a enviar as suas demonstrações financeiras não consolidadas devidamente atualizadas com todas informações disponíveis à época do envio, ressalvando-se que, a AG Telecom, por sua vez, cumprirá com todas as suas obrigações conforme o disposto no item a.2 desta Cláusula.

Cláusula VII

Das Obrigações Adicionais dos Devedores Pignoratícios

- a.1) Além das obrigações previstas no "Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Garantia Pignoratícia e Outras Avenças, os **Devedores Pignoratícios** são obrigados a fornecer ao **Agente Fiduciário**, tempestivamente, informações relativas a ocorrência de quaisquer dos eventos relacionados no item iv da Cláusula IV.1.2.4; e,
- a.2) Imediatamente, qualquer informação relevante para a presente emissão de debêntures que lhe venha a ser solicitada.

Cláusula VIII

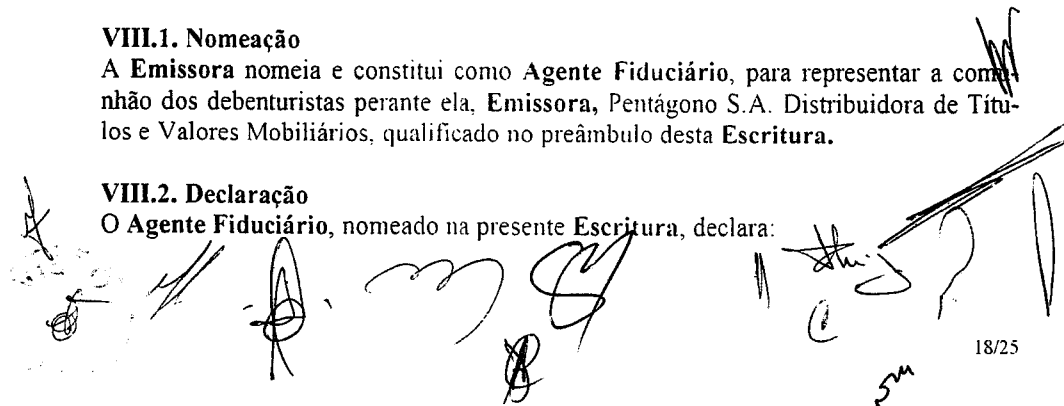
Do Agente Fiduciário

VIII.1. Nomeação

A **Emissora** nomeia e constitui como **Agente Fiduciário**, para representar a companhia dos debenturistas perante ela, **Emissora**, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificado no preâmbulo desta **Escritura**.

VIII.2. Declaração

O **Agente Fiduciário**, nomeado na presente **Escritura**, declara:



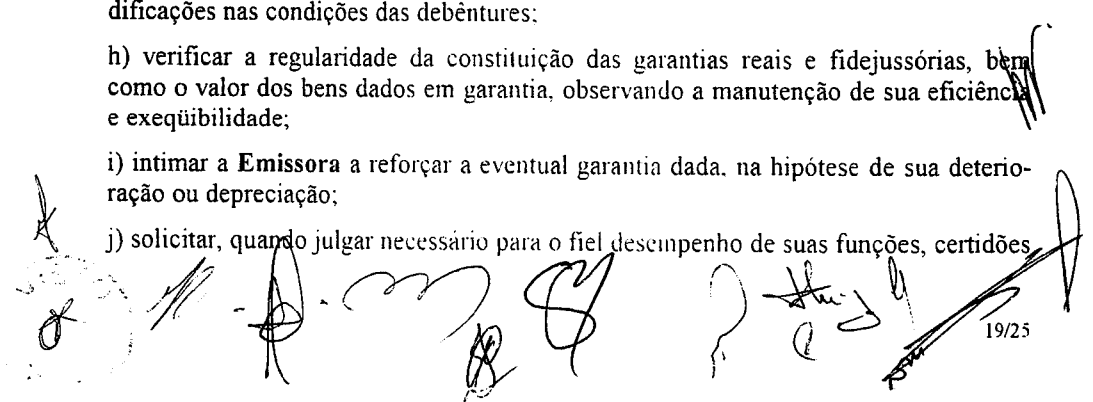
18/25

-
- a) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o Artigo 66, parágrafo 3º, da Lei 6.404/76, e o Artigo 9º da Instrução CVM n.º 28/83, para exercer a função para a qual neste ato é nomeado;
 - b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta **Escritura**;
 - c) aceitar integralmente a presente **Escritura** em todas as suas cláusulas e condições;
 - d) não ter qualquer ligação com a **Emissora** que o impeça de exercer suas funções;
 - e) estar ciente da Circular nº 1.832 de 31/10/90 do Banco Central do Brasil;
 - e) verificou, na data da emissão desta emissão, a regularidade das garantias fidejussórias e reais prestadas, observando a manutenção de sua suficiência e exeqüibilidade.

VIII.3. Deveres do Agente Fiduciário

Constituem deveres e atribuições do **Agente Fiduciário**, além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM:

- a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- b) renunciar à função, na hipótese da superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondências e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas na **Escritura**, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover nos competentes órgãos, caso a **Emissora** não o faça, o registro desta **Escritura** e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da **Emissora** para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou equívocos constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das debêntures;
- h) verificar a regularidade da constituição das garantias reais e fidejussórias, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua eficiência e exeqüibilidade;
- i) intimar a **Emissora** a reforçar a eventual garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- j) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões



19/25

atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Varas do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede ou estabelecimento principal da **Emissora**:

k) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na **Emissora**;

l) convocar, quando necessário, a assembléia de debenturistas, através de anúncio publicado, pelo menos por duas vezes, nos órgãos de imprensa onde a **Emissora** deva efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes desta **Escritura**;

m) comparecer à Assembléia dos Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

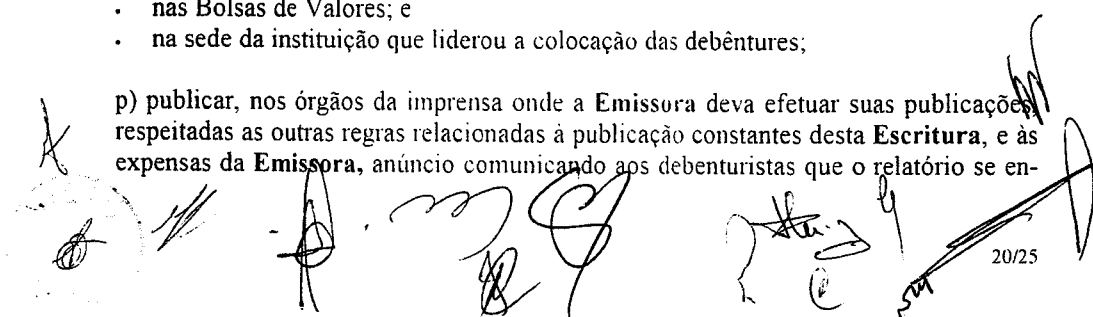
n) elaborar relatório anual destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, "b" da Lei n.º 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

- eventual omissão ou equívoco, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela **Emissora** ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatoria prestação de informações pela **Emissora** ;
- alterações estatutárias ocorridas no período;
- comentários sobre as demonstrações financeiras da **Emissora**, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da **Emissora**;
- posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado;
- resgate, amortização e pagamento de juros das debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela **Emissora**;
- constituição e aplicações do fundo de amortização de debêntures, quando for o caso;
- acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da **Emissora**;
- relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- cumprimento de outras obrigações assumidas pela **Emissora** nesta **Escritura**;
- declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de **Agente Fiduciário**;
- declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures da presente emissão.

o) colocar o relatório de que trata o inciso anterior à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da **Emissora**, ao menos nos seguintes locais:

- na sede da **Emissora**;
- no seu escritório;
- na CVM;
- nas Bolsas de Valores; e
- na sede da instituição que liderou a colocação das debêntures;

p) publicar, nos órgãos da imprensa onde a **Emissora** deva efetuar suas publicações, respeitadas as outras regras relacionadas à publicação constantes desta **Escritura**, e às expensas da **Emissora**, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se en-



20/25

contra à sua disposição nos locais indicados na alínea “o”;

q) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à **Emissora** e à instituição prestadora de serviços de debêntures escriturais;

r) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes da **Escritura**, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer à **Emissora**;

s) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela **Emissora**, de obrigações assumidas na **Escritura**, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos e enviando comunicação de igual teor:

- à CVM;
- às Bolsas de Valores.

t) No caso de inadimplemento da **Emissora**, o **Agente Fiduciário** deverá usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos debenturistas, devendo para tanto:

(i) declarar, observadas as condições desta **Escritura**, antecipadamente vencidas as debêntures e cobrar os seus valores de principal e acessórios;

(ii) exercer as garantias outorgadas, aplicando o produto no pagamento, integral ou parcial, dos debenturistas;

(iii) tomar qualquer providência necessária para que os debenturistas realizem seus créditos; e

(iv) representar os debenturistas em processos de falência, concordata, liquidação, judicial ou extrajudicial da **Emissora**.

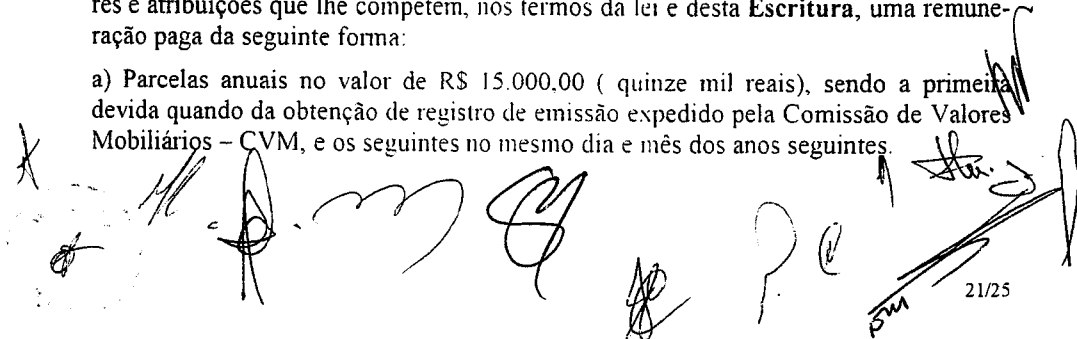
O **Agente Fiduciário** poderá exercer a atribuição prevista no item “i”, da letra “t” desta cláusula, na ocorrência do inadimplemento de qualquer obrigação prevista nesta **Escritura**, respeitando o estipulado no “caput” item IV.1.2.

O **Agente Fiduciário** somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas “i” a “iv” se, convocada a assembléia dos debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das debêntures em circulação.

VIII.4. Remuneração do Agente Fiduciário

Será devida ao **Agente Fiduciário**, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta **Escritura**, uma remuneração paga da seguinte forma:

a) Parcelas anuais no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), sendo a primeira devida quando da obtenção de registro de emissão expedido pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e os seguintes no mesmo dia e mês dos anos seguintes.



b) A remuneração prevista no item anterior será devida mesmo após o vencimento das debêntures, caso o **Agente Fiduciário** ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela **Emissora**:

c) As parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente pela variação acumulada do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), ou na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da taxa de implementação de serviços, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas “pro-rata-die” se necessário;

d) A remuneração não inclui as despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de **Agente Fiduciário**, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela **Emissora**, conforme descrito no item 6 desta Cláusula. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à **Emissora**;

e) Todas as despesas com procedimentos legais, em caso de inadimplência da **Emissora**, em que o **Agente Fiduciário** venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas, deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela **Emissora**. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo **Agente Fiduciário**, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do **Agente Fiduciário** na hipótese de a **Emissora** permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o **Agente Fiduciário** solicitar garantia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência;

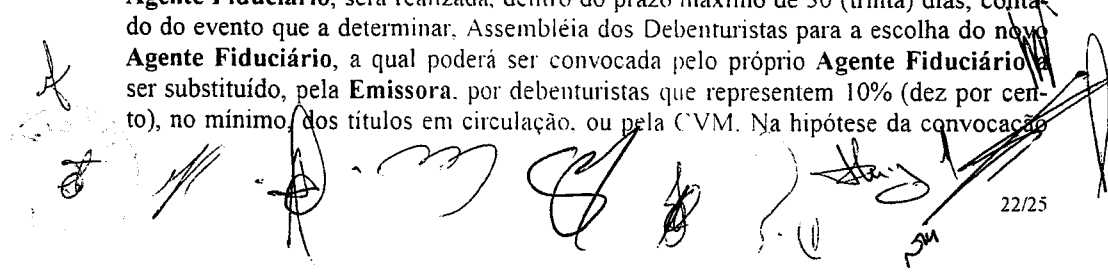
f) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas nesta **Escritura**;

g) As remunerações serão acrescidas do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS), de acordo com a alíquota vigente nas datas de cada pagamento; e

h) O **Agente Fiduciário** responde perante os debenturistas pelos prejuízos que lhes causar por culpa ou dolo no exercício de suas funções.

VIII.5. Substituição

VIII.5.1. Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância do **Agente Fiduciário**, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado do evento que a determinar, Assembleia dos Debenturistas para a escolha do novo **Agente Fiduciário**, a qual poderá ser convocada pelo próprio **Agente Fiduciário** a ser substituído, pela **Emissora**, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação



não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à **Emissora** efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo **Agente Fiduciário**.

VIII.5.2. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do **Agente Fiduciário**, o **Agente Fiduciário** substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada "pro-rata temporis", desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição do **Agente Fiduciário**, ao **Agente Fiduciário** substituto como forma de remuneração aos serviços a serem por ele prestados.

VIII.5.3. Na hipótese de não poder o **Agente Fiduciário** continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

VIII.5.4. É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do **Agente Fiduciário** e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia especialmente convocada para esse fim.

VIII.5.5. A substituição do **Agente Fiduciário** fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º, da Instrução CVM n.º 28/83 e eventuais normas posteriores.

VIII.5.6. A substituição, em caráter permanente, do **Agente Fiduciário** deverá ser objeto de aditamento desta **Escritura**, devendo ser averbado no Registro de Imóveis competente.

VIII.5.7. O **Agente Fiduciário** iniciará o exercício de suas funções a partir da data da lavratura desta **Escritura** de Emissão ou do eventual aditamento relativo à substituição do **Agente Fiduciário**, no caso do **Agente Fiduciário** substituto, devendo permanecer no exercício de suas funções até a posse do seu sucessor.

VIII.5.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do **Agente Fiduciário** as normas e preceitos emitidos pela CVM.

VIII.6. Despesas do Agente Fiduciário

VIII.6.1. A **Emissora** ressarcirá o **Agente Fiduciário** de todas as despesas em que o mesmo tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos debenturistas, ou para realizar seus créditos.

VIII.6.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado em até 3 (três) dias úteis após a entrega à **Emissora** dos documentos comprobatórios das despesas.

23/25

efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

VIII.6.3. As despesas a que se refere este item 6 desta cláusula compreenderão, inclusive, as seguintes:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta **Escritura**, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) extração de certidões;
- c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

VIII.6.4. O crédito do **Agente Fiduciário**, por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenha sido saldado na forma deste item, será acrescido à dívida da **Emissora** e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

VIII.6.5. Se qualquer quantia devida aos debenturistas em virtude desta **Escritura** for paga por meio de ação judicial ou sua cobrança for feita através de advogados, a **Emissora** deverá pagar (em complemento a todos os valores devidos previstos nesta **Escritura**) honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido a tal cobrança.

Cláusula IX **Da Assembléia dos Debenturistas**

- a) Os titulares das debêntures poderão a qualquer tempo reunir-se em Assembléia para deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.
- b) A Assembléia dos Debenturistas poderá ser convocada pelo **Agente Fiduciário**, pela **Emissora** ou por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou, ainda, pela CVM.
- c) Aplicar-se-á à Assembléia dos Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 para Assembléia Geral de Acionistas.
- d) A Assembléia instalar-se-á em primeira convocação com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.
- e) A Assembléia poderá, pelo voto de titulares de dois terços, no mínimo, das debêntures em circulação, aprovar as modificações nas condições das debêntures propostas pela **Emissora**.
- f) Nas deliberações da Assembléia, cada debênture em circulação terá direito a um voto, admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não.

24/25

g) Será facultada a presença de representantes legais da Emissora nas Assembléias dos Debenturistas.

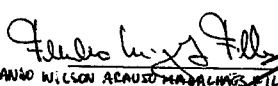
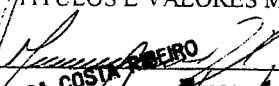
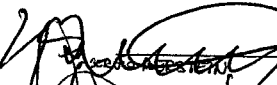
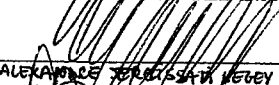
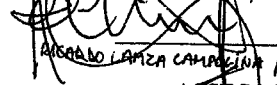
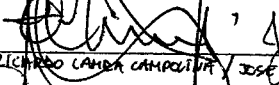
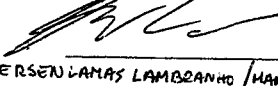
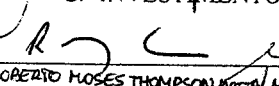
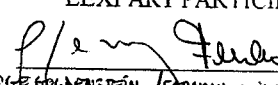
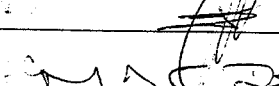
h) O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembléia dos Debenturistas, ainda que não a tenha convocado, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas.

Cláusula X
Do Foro

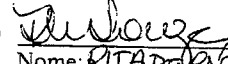
Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura.


Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 06 (seis) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 15 de junho de 2001.

ALIAM PARTICIPAÇÕES S.A.	PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
 FERNANDO WILSON ARAUJO MAGALHÃES FILHO / FERSEN LAMAS LAMBRANHO	 MAURICIO DA COSTA RIBEIRO DIRETOR
LA FONTE PARTICIPAÇÕES S.A.	LE TEL S.A. PROCURADOR
 APARECIDO CARLOS CORREIA GACINI	 ALEXANDRE JERÔNIMO DE FÁTIMA
AG. TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.	ANDRADE GUTIERREZ S.A.
 RICARDO LANZA CAMPOLINA / JOSE AUGUSTO CARNETIRO	 JOSE AUGUSTO CARNETIRO
ASSECA PARTICIPAÇÕES S.A.	GP INVESTIMENTOS LTDA.
 FERSEN LAMAS LAMBRANHO / MARIA ELISA PEDRETTI DE SOUZA	 ROBERTO MOSES THOMPSON ROCHA / MARIA ELISA PEDRETTI DE SOUZA
LEXPART PARTICIPAÇÕES S.A.	DANIEL VALENTE DANTAS
 JORGE GOLDENSTEIN / FERNANDO WILSON ARAUJO MAGALHÃES FILHO	MARIA ALICE CARVALHO DANTAS
	

TESTEMUNHAS:

1) 
Nome: RITA DE CÁSSIA VARGAS SOARES
CPF: 834812477-04


Nome: ROSIMÉRI DA ROCHA SERRANO
CPF: 463.894.894-15